

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

FICHA INDIVIDUAL

Pesquisador: Roberta Astolfi

**Apresentar em todas as entradas referência a documento e/ou fontes bibliográficas, inclusive testemunhos, se houver.*

I. Dados Pessoais

| | |
|--------------------------|---|
| Nome: | Sabato Antonio Magaldi |
| Nasc./Morte: | 09/05/1927 |
| Curso: | Teatro |
| Unidade: | ECC |
| Vínculo: | Professor |
| Data matrícula/contrato: | Primeira contrato: 03/07/1968 – três de julho de 1968 (mas há indícios de que ele já dava aulas na ECC antes dessa formalização – um ofício da secretaria da ECC à reitoria, de 13 de maio de 1968 em que se lê “Esclareço que o referido professor ministra 6 aulas semanais” (no presente). O referido contrato foi tornado sem efeito em 1969 porque Magaldi não havia conseguido licença do cargo de procurador do estado de SP. Segundo contrato: 09/11/1970. Todos os demais documentos de prorrogação/renovação de contrato referem-se ao contrato de 1970 como marco inicial. |
| N PROCESSO USP | 68.1.1225.1.3 (Contrato docente) 77.1.34450.1.5 (Afastamento) |
| BMN | Sem ocorrência |

II. Perseguição

O perseguido, de acordo com a documentação ou depoimento, atuou como:

Simpatizante de ideias consideradas de esquerda ou em desacordo com a ordem vigente ()

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Filiado a uma organização de esquerda () Qual?
Processado como membro de organização de esquerda () Qual?
Origem da informação:
Depoimento () Documento ()

Há indícios de que a perseguição na Universidade tem origem em interesses pessoais/profissionais?

| |
|--|
| |
|--|

Eventos ocorridos e formas de perseguição

| Tipo | Data | Fontes documentais |
|-------------------------------------|------|--------------------|
| Morto | | |
| Desaparecido | | |
| Abandono de curso/função | | |
| Aposentado | | |
| Contratação barrada | | |
| Problemas com renovação de contrato | | |
| Demitido | | |
| Torturado | | |
| Preso | | |
| Jubilado | | |
| Outro (<i>especificar</i>) | | |

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Instrumentos legais utilizados:

| | Data | Fonte |
|---|------|-------|
| Investigação pela "Comissão Especial", 1964 ("lista negra" de Gama e Silva) | | |
| Atingido pelo Decreto-Lei 477/1968 | | |
| Investigado por Inquérito Policial Militar (IPM) | | |
| Cassado/Aposentado com base Ato Institucional ou Ato Contrário à moral ou à ordem pública | | |
| Outro (<i>especificar</i>) | | |

III. Os documentos e as fontes analisadas revelam relação com outros membros da Universidade? Listar abaixo.

IV. O perseguido recebeu algum tipo de apoio de algum membro da Universidade?

Apoio institucional:---

Apoio pessoal:---

VI.a. Há informação sobre perpetradores? Ex.: Houve comissão processante? Quem eram os integrantes.---

V. Narrativa (até duas páginas, citando documentos e fontes):

Em 2 de janeiro de 1968 é solicitada a contratação do professor Magaldi pelo então diretor da ECC Julio Garcia Morejón ao reitor em exercício Buzaid para o Departamento de Teatro, acompanhado de parecer favorável do vice-diretor da ECC, Antonio Guimarães Ferri (mas datado de 22 de janeiro, portanto, data posterior à do ofício do diretor. Deve ter sido erro de digitação). A contratação também é aprovada pelo CTA e pelo Conselho Universitário. Acontece que de 27 de junho de 1969, portanto, quase um ano depois, há um ofício do agora diretor da ECC Antonio Guimaraes Ferri pedindo para tornar sem efeito o publicado no diário oficial já que Sabato Magaldi não havia conseguido se licenciar do cargo de procurador do estado. Mais um ano se passa e Antonio Guimaraes Ferri volta a se dirigir ao reitor – agora

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Miguel Reale – para mais uma vez solicitar a contratação de Magaldi, ofício datado de 6 de julho de 1970. O novo contrato é de 09 de novembro de 1970. O contrato era de “professor colaborador” junto ao departamento de teatro, cinema, rádio e televisão e esse autorizava explicitamente a acumulação dos cargos de professor e procurador. Não sabemos ainda se ele ministrou aulas na ECC entre o primeiro e o segundo contrato.

Há um pedido de renovação do contrato de Magaldi por dois anos, em ofício do diretor da ECA Manuel Nunes Dias, datado de 10 de dezembro de 1973. Segue-se no processo então a cópia de um trecho da 25ª reunião do conselho técnico administrativo, realizada em fevereiro de 1974. Nela os presentes discutem a pertinência de manter contratos de professores colaboradores em dois pontos: questões orçamentárias e questões relativas à titulação/carreira acadêmica. A renovação do contrato de alguns professores, entre eles a de Magaldi, é tirada da pauta até que haja regulamentação da matéria.

Outro documento diz que o ingresso do professor em regime de turno completo havia se dado em 1972 (o documento é de 02 de abril de 1974).

Finalmente, em 1975 é o contrato é prorrogado em um documento “termo de auditamento contratual”. Novo pedido de renovação da parte de Manuel Nunes Dias em 05 de fevereiro de 1976.

Em 1976 surge nova questão – se ele poderia acumular o cargo de professor com o de secretário municipal de cultura. Vários pareceres depois o assunto é regularizado em benefício de Magaldi. Em 10 de outubro de 1977 novo termo de aditamento de contrato é assinado entre as partes para prorrogar o prazo contratual até dezembro de 1977, dessa vez em regime de turno completo.

Novos pedidos de renovação (seguidos de variados trâmites) são realizados nos anos: 1977; 1979; 1980; 1982. Em 1984 o professor realizou um concurso para livre-docente no qual foi aprovado e em 1988 é aprovado como professor titular. O último documento do processo é um parecer da Comissão Especial de Regime de Trabalho aprovando um relatório de atividades do professor Magaldi em uma reunião de 07/06/1993.

Outro processo de 1977 de pedidos de afastamento começa com um pedido do então professor e secretário de cultura Magaldi, para ministrar palestra em Milão. O pedido é concedido nos termos do professor, sem prejuízo de rendimentos e o relatório de atividades é igualmente aprovado.

O que os dois processos - de contrato docente e de afastamentos - mostram é que o professor teve uma ligação constante com a ECA desde sua contratação em 1970 – os contratos eram renovados em intervalos de um ou no máximo dois anos. O que pode ser objeto de mais investigação é a anulação do primeiro contrato de 1969 em função da atuação de Magaldi como procurador do Estado. Será que houve alguma questão de outra natureza que não a acumulação de cargo que estava por trás da anulação do contrato?

Em seu memorial para concurso de livre docente (1983) Magaldi dá conta de que, mesmo sem sua contratação em 1968 por conta da acumulação com o cargo de procurador do estado, mas que mesmo assim ele deu aulas nesse período. Ele repete a informação na tese de professor titular e acrescenta que o regime militar havia confiscado seu salário de procurador.

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

VI. Fontes Documentais (listar todos os documentos, fontes e depoimentos que embasam as informações acima):

68.1.1225.1.3 (Contrato docente)

77.1.34450.1.5 (Afastamento)

MAGALDI, Sábato. Memorial para concurso de livre-docente. ECA-USP, 1983.

MAGALDI, Sábato. Memorial para concurso de professor titular. ECA-USP, 1987.